



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental  
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ  
8ª Reunião do GT- Mercúrio

**MEMÓRIA**

**Data:** 20 de novembro de 2012 – 10h00 às 17h00

**Participantes:** Lista de presença anexa

**Coordenação:** Sérgia de Souza Oliveira

**Relatoria:** Otávio Luiz Gusso Maioli

**Abertura – Apresentações e aprovação da memória da última reunião**

Inicialmente foi feita uma rodada de apresentação dos presentes. A memória da última reunião já havia sido anteriormente enviada para os componentes do GT e a mesma foi aprovada conforme contribuições recebidas.

**Informes Gerais sobre a negociação e impressões das instituições**

O representante do MRE fez um breve relato do andamento dos trabalhos que culminaram na publicação do documento UNEP(DTIE)/Hg/INC 5.3, que contém o texto da Convenção compilado pelo presidente da negociação, Ministro Fernando Lugris. Foi destacada que a proposta de um fundo independente para mecanismo financeiro está no texto. Para ASGM, faltam apenas alguns parágrafos em colchetes, mas o texto está bastante avançado e praticamente fechado. Os artigos 10 e 11, sobre liberações e emissões, apresentam várias opções. O artigo 20 bis, referente às questões de saúde, foi apresentado no texto, e deverá ser alvo de discussão forte no INC-5.

O representante do MRE informou que a reunião preparatória do GRULAC será realizada entre os dias 26/11 e 29/11, em Bogotá, e que a delegação brasileira até o presente momento será composta por Diogo Coelho (MRE), Sérgia Oliveira e Letícia Carvalho (MMA). O INC-5 será realizado em Genebra entre 13 e 18 de janeiro de 2013. A reunião de coordenação preparatória para a reunião do GRULAC será realizada no dia 23/11, sendo o turno da manhã aberto para a sociedade civil e setor privado. Informou também que o site da negociação contém os documentos que deve ser levados em consideração nesta etapa da negociação. O MRE solicitou que a presente reunião privilegie conhecer as posições da sociedade civil e do setor privado, viabilizando assim tempo adicional para este setor, além da reunião oficial de coordenação, a cargo do MRE.

Os representantes da ABICLOR demonstraram preocupação em relação ao Artigo 3º, parágrafo 5º (b), que transforma em resíduo o mercúrio resultante do descomissionamento das plantas de cloro-alcalis, e pediram que esse parágrafo fosse removido do texto do tratado. Segundo eles haverá necessidade de uso de mercúrio no

43 Brasil e no resto do mundo para manter os usos permitidos, e que, devido à proibição da  
44 mineração primária, o mercúrio proveniente das plantas de cloro-álcalis desativadas  
45 poderia suprir essa demanda. Além disso, mencionaram que a abordagem de resíduos  
46 para o mercúrio das plantas de cloro-álcalis desativadas estaria equivocada, pois o  
47 mercúrio proveniente desses eletrodos desativados tem concentração maior que 95%, o  
48 que o incluiria como mercúrio elementar, que teria abordagem adequada no artigo ~~item~~  
49 referente à estocagem, que foi removido do “chair’s draft”. Completaram dizendo que a  
50 ABICLOR defende que esse mercúrio também possa ser comercializado entre países,  
51 para suprir suas demandas para usos permitidos. A representante do FBOMS perguntou  
52 quais seriam os mercados/demandas para os quais a indústria de cloro-álcalis venderia  
53 seu mercúrio após o phase-out. O representante da ABICLOR respondeu que como o  
54 mercúrio continuará sendo empregado para usos permitido pela Convenção.

55 Em seguida, o representante da ABIQUIM, Sr. Claudio Iwakura, apresentou a  
56 preocupação do setor de produção de alcóxidos, em relação a produção de metilato e  
57 etilado de sódio e potássio. O ponto preocupante do setor faz referência ao anexo D,  
58 especialmente a proposta de introdução de eletrodos (ainda entre colchetes) no controle  
59 de processos que envolvem o uso de mercúrio, colocando-o no mesmo nível de  
60 compostos catalísticos. Informou que os processos que envolvem a produção de  
61 alcóxido no Brasil utiliza insumos que, para serem produzidos demandam o uso de  
62 eletrodos de mercúrio, e que não há alternativa tecnologica viável no momento. Existem  
63 apenas duas indústrias na Alemanha que necessitam da utilização desses eletrodos de  
64 mercúrio, entretanto isso afeta o Brasil, pois é necessário manter estas fábricas alemãs  
65 funcionando para produzir o insumo necessário. Outro problema identificado na  
66 formulação no Anexo D, para o controle desses eletrodos, está no fato da linguagem  
67 mencionar um “largo volume” de mercúrio sem quantificá-lo de forma mais precisa. Ao  
68 final o representante da ABIQUIM informou que o setor está tomando providências em  
69 nível internacional para solicitar a retirada dos eletrodos desse item.

70 Na parte da tarde a reunião prosseguiu com a apresentação da representante do FBOMS,  
71 que iniciou informando considerar positivo até aquele momento poder contribuir com as  
72 opiniões da Sociedade Civil para o processo da construção da posição brasileira para a  
73 negociação, liderada pelo MRE. Relatou também a sua preocupação com a lista de  
74 fontes de emissões de mercúrio proposta no texto do tratado. Perguntou ao MME  
75 porque não apresentou um relatório ou estudo com dados que justificassem  
76 tecnicamente a sua defesa da não inclusão do setor de óleo e gás no anexo F. Disse que  
77 as ONGs esperam que o MME apresente de forma transparente as razões que  
78 fundamentam as suas posições, já que o ônus das consequências do não-monitoramento  
79 dessas emissões recai sobre toda a sociedade/contribuintes. Sobre a solicitação da  
80 ABICLOR de remover o parágrafo 5(b) do Artigo 3, ponderou que a proposta da  
81 ABICLOR resultará em excesso de oferta de mercúrio no mercado se for permitido o  
82 comércio do mercúrio proveniente das plantas de cloro-álcalis descomissionadas, com a  
83 consequente redução do preço do mercúrio e incentivo do seu uso em países mais  
84 pobres, como na América Latina (Bacia Amazônica) e África, que não têm condições de  
85 exercer o necessário controle e monitoramento, consequentemente colocando em risco o  
86 objetivo principal do Tratado que é justamente reduzir a oferta e a demanda do mercúrio

87 globalmente. A representante do FBOMS defendeu o fim do uso da amálgama dentária,  
88 pelo risco que representa à saúde pública e ocupacional e ao meio ambiente e perguntou  
89 onde se poderiam obter os estudos técnicos e econômicos que fundamentaram  
90 tecnicamente a solicitação do MS de negociar a remoção dos amálgamas dentários e das  
91 vacinas com timerosal do texto do tratado, e aprovar prazos bastante longos para o  
92 banimento dos termômetros e outros equipamentos médicos de mercúrio – o que não foi  
93 respondido. O representante da FUNDACENTRO reforçou a importância de estar  
94 explícito no texto da Convenção a necessidade do país adotar sua legislação como  
95 veículo para implementá-la. A representante do FBOMS apresentou as posições  
96 defendidas pelas ONGs brasileiras que atuam em rede com o “Zero Mercury Working  
97 Group” como contribuição ao texto produzido pelo presidente da negociação  
98 intergovernamental, que foram amplamente distribuídas na forma impressa e por e-mail  
99 a todos os membros do GT Mercúrio em todas as reuniões, e informou que esses  
100 documentos podem ser acessados na página eletrônica do Zero Mercury  
101 ([www.zeromercury.org](http://www.zeromercury.org)).

102 **Próxima reunião**

103 Ficou prevista uma próxima reunião do GT-Hg antes do INC-5, provavelmente em  
104 dezembro de 2012.

105 A reunião foi encerrada às 17:00 horas.